

Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira geral de técnico superior, no âmbito do exercício da atividade de formador para a componente de formação tecnológica, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro, da Delegação Regional do Algarve do IEFP, I.P., no quadro do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública

Ata n.º 3

Aos vinte dias do mês de novembro de 2019, o Júri do procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira geral de técnico superior, no âmbito do exercício da atividade de formador para a componente de formação tecnológica, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro, da Delegação Regional do Algarve do IEFP, I.P., no quadro do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, reuniu em Faro, estando presentes todos os membros que o compõem, conforme deliberação do Conselho Diretivo de 23 de julho de 2019, para discussão dos trabalhos constantes da ordem de trabalhos abaixo enunciada.

Ordem de trabalhos:

1. Entrevista profissional de seleção e aplicação da respetiva grelha;
2. Audiência de interessados;
3. Outros assuntos.

Ponto 1 – Entrevista profissional de seleção e aplicação da respetiva grelha

O júri iniciou as entrevistas às 14H00 e preencheu uma grelha de avaliação relativamente a cada candidato presente (Anexo 1).

Em seguida, o júri elaborou a listagem constante do Anexo 2, com a pontuação que cada candidato obteve no método de seleção entrevista profissional de seleção.

Ponto 2 – Audiência de interessados

O júri deliberou proceder à elaboração do projeto de lista unitária de ordenação final, constante do Anexo 3, e promover a audiência dos interessados, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, dispondo os candidatos de 10 dias úteis para dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer.

Ponto 3 – Outros assuntos

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida pelos membros presentes, a ratificam e assinam.

O Júri do Concurso

– Presidente


[António José Rodrigues Santos Travassos]

– Vogal


[Ana Isabel Branco Vieira]

– Vogal


[Suzana Maria Santana Nunes dos Reis]